



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA (ILAESP)**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU –  
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO:  
PLATAFORMAS E ENSINO PRECÁRIO NO PARANÁ.**

**GUILHERME GRIESANG**

Foz do Iguaçu  
2024

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA (ILAESP)**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU –  
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO:  
PLATAFORMAS E ENSINO PRECÁRIO NO PARANÁ.**

**GUILHERME GRIESANG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais aplicado à Educação Básica.

Orientador: Prof.a Dra. Paula D. Fernández

Foz do Iguaçu  
2024

GUILHERME GRIESANG

**PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO:  
PLATAFORMAS E ENSINO PRECÁRIO NO PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais aplicado à Educação Básica.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)  
UNILA

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Dedico este trabalho ao  
Colégio Estadual Tiradentes  
e aos meus alunos por me  
proporcionarem uma visão  
sublime da realidade, ambos  
como parte da formação  
docente.

Só existe uma maneira de se viver pra sempre, irmão  
Que é compartilhando a sabedoria adquirida  
E exercitando a gratidão, sempre  
É o homem entender que ele é parte do todo  
É sobre isso que o manifesto fala  
Nem ser menos e nem ser mais, ser parte da natureza, certo?  
Ao caminhar na contramão disso  
A gente caminha pra nossa própria destruição.  
**Fresno.**

## RESUMO

O presente trabalho possui dois objetivos centrais: o primeiro é tecer um apanhado acerca do processo de mercantilização do ensino, exemplificando como ocorre esse ato partindo das políticas recentes orquestradas no estado do Paraná. Para tanto é necessário esclarecer a aproximação das esferas público e privadas assim como o interesse em comercializar a educação, relacionado empresas tecnológicas de capitais nacionais e internacionais, e a postura de políticas internacionais em virtude de uma educação tecnológica. O segundo objetivo refere-se a compreender como o processo de mercantilização da educação assume o formato de plataformas na educação paranaense assim como em outros estados e países, e acaba por tornar precário diversos âmbitos do ensino, precarizando e descentralizando o trabalho docente, fragilizando o ensino e comprometendo o vínculo entre aluno e professor. Para tal a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, seguindo a autores que descrevem a mercantilização da educação ao passo que testemunham acerca da precarização do ensino.

**Palavras-chave:** Precarização; Plataformização; Mercantilização; Ensino; Paraná.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene dos objetivos centrales: el primero es brindar un panorama del proceso de mercantilización de la educación, ejemplificando cómo este acto ocurre a partir de políticas recientes orquestadas en el estado de Paraná. Con ese fin, es necesario explicar la aproximación de las esferas públicas y privadas, así como el interés por comercializar la educación, relacionando empresas tecnológicas de capitales nacionales, y la postura de las políticas internacionales por la educación tecnológica. El segundo objetivo se refiere a comprender cómo el proceso de mercantilización de la educación toma la forma de plataformas en la educación tanto en Paraná como en otros estados y países, y termina precarizando varias áreas de la educación, precarizándola, y descentralizando la labor docente, debilitando la docencia y comprometiendo el vínculo entre alumno y docente. Para ello, la metodología utilizada fue la investigación bibliográfica, siguiendo a autores que describen la mercantilización de la educación al tiempo que testimonian sobre la precariedad de la enseñanza.

**Palabras clave:** Precariedad; Plataformaización; Comercialización; Enseñanza; Paraná.

## **ABSTRACT**

The present work has two main objectives: the first is to provide an overview of the process of commodification of education, exemplifying how this act occurs based on recent policies orchestrated in the state of Paraná. To this end, it is necessary to explain the approximation of the public and private spheres, as well as the interest in commercializing education, linking technological companies with national capital, and the position of international policies for technological education. The second objective refers to understanding how the process of commodification of education takes the form of platforms in education both in Paraná and in other states and countries, and ends up precarizing several areas of education, making it precarious, and decentralizing teaching work, weakening teaching and compromising the bond between student and teacher. To this end, the methodology used was bibliographic research, following authors who describe the commodification of education while testifying about the precariousness of teaching.

Key words: Precariousness; Plataformization; Commercialization; Teaching; Paraná.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Associação dos Professores do Paraná.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BRA	Bônus de Resultado de Aprendizagem
CLT	Consolidação das leis trabalhistas.
COVID 19	Cornovirus de 2019.
EAD	Educação a Distância.
Ed Techs	Education Technologies.
GTE	Gratificação de Tecnologia e Ensino.
IES	Intituições de Ensino Superior.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira.
LRCO	Livro Resgistro de Classe Online.
PEF	Programa Educação para o Futuro.
PDs	Plataformas Digitais.
PJ	Pessoa Juridica.
PSS	Processo Seletivo Simplificado.
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica.
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1. DINÂMICA CAPITALISTA MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. UM HISTÓRICO SOBRE A PLATAFORMIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ .....</b>	<b>15</b>
<b>3. OS IMPACTOS DA PLATAFORMIZAÇÃO EM DOCENTES E ALUNOS: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, DESCENTRALIZAÇÃO DO EDUCADOR E INDIVIDUALIZAÇÃO DO EDUCANDO .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 O PROJETO “PARCEIRO DA ESCOLA”.....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se fundamenta em compreender as dinâmicas capitalistas atuais e seus impactos na educação, comumente assediada pelo processo de mercantilização de bens públicos. Para além de estudar o processo de mercantilização da educação, temos como objetivo observá-lo assim como as suas características em aplicação na rede básica de ensino do estado do Paraná.

A aproximação entre as esferas público e privadas, movimento este que caracteriza a mercantilização, ocorre em nosso contexto no modelo de plataformização, portanto caracterizar este modelo e suas implicações na precarização do trabalho docente é parte central deste trabalho.

A plataformização como modelo inovador de ensino adotado pelo estado paranaense acarreta na descentralização do professor e implica na precaridade do ensino, assim como entulha os alunos de atividades sem sentido.

Utilizando da pesquisa bibliográfica como principal abordagem para analisar criticamente as dinâmicas capitalistas, sobre tudo a da mercantilização de bens públicos e sua influência na rede de ensino básico do estado do Paraná. A abordagem da pesquisa bibliográfica foi selecionada por permitir o aprofundamento de estudos e a interlocução entre os debates acerca do tema, assim fornecendo embasamento teórico sobre a precarização do trabalho docente, mercantilização e a plataformização.

Dividindo em três partes centrais este trabalho partirá introduzindo conceitos acerca da mercantilização e da plataformização bem como sua presença internacional como ferramenta capitalista. Após trazer os conceitos, será contextualizado as aplicações e introdução das plataformas no ensino, sobretudo paranaense, e por fim abordaremos o cenário atual debatendo a presença de tais políticas na precarização do serviço docente e na descentralização da docência, bem como na fragilização do ensino.

## **1. DINÂMICA CAPITALISTA MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.**

O aparelhamento tecnológico compõe parte do mercado capitalista atual (SILVA, 2022), e consiste nos mais diversos modelos, desde hardwares complexos e atrativos à softwares que prometem tornar a vida cotidiana mais rápida e simples. Para serem assimilados, são vendidos e fomentados através de diversas indústrias, entre elas a cultural.

Tal indústria não encontra empecilhos para se disseminar; seu discurso é altamente conveniente à sociedade que, alienada ao trabalho, procura automatizar os afazeres cotidianos para desfrutar de seu “laser” que geralmente também é de via tecnológica: TVs, Celulares, Computadores, etc.

A presença de novas tecnologias também se adentra em uma esfera social específica: a educacional. Esse vínculo entre tecnologias e educação envolve na maioria dos casos ao setor privado, mesmo existindo uma corrente de produtores e geradores de conteúdos vinculados ao acesso livre.

Essa aproximação educação e empresas (algumas sendo de tecnologia) tem sido defendida por alguns setores políticos que em seus discursos assinalam, de forma errônea um suposto déficit da administração pública; é comum ouvir falas que interligam o público ao ineficiente, implicando ainda mais nos desafios da administração pública, usando argumentos diversos, mas que geralmente desconsideram os processos de sucateamento.

Exatamente em resposta às deficiências e vícios identificados no sistema “clássico” de administração, a Nova Gestão Pública diminui a distância entre o público e o privado por meio de pensamentos, técnicas e ferramentas típicas do mundo empresarial. Embora tenha sido um movimento cujo início remonta às administrações oitentistas de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, no Reino Unido, não foi antes de 1994 que os seus sinais chegaram ao Brasil. Partindo de alguns pressupostos comuns à economia política, em especial a corrente denominada public choice, o movimento esteve assentado em algumas premissas sobre o papel da burocracia como rent-seekers, problemas de assimetria de informação, agente-principal, entre outros. Tais questões, na opinião de seus defensores, implicariam no afastamento dos mecanismos de controle de processos, associados à burocracia clássica, e ênfase no controle de resultados. (Schleicher, 2014, p. 2)

Sendo assim o privado é observado como um método para organizar e arrumar aquilo que é ruim e defasado; neste caso o serviço público. Tal abordagem envolve aproximar a esfera particular da pública, dando ênfase na contratação de agentes privados para organizar e/ou administrar um serviço que

originalmente é público, supondo uma ineficiência em tal setor; esse processo se chama terceirização, e em casos onde o serviço deixa de ser estatal, chama-se privatização, justamente, tornar privado aquilo que antes era público.

Corroborando com essa abordagem, Laval (2004, p. 117) é categórico ao ressaltar que as medidas mercadológicas, no âmbito educacional, adotam e utilizam estratégias baseadas num discurso muito bem articulado, que, geralmente, depreciam e maximizam as deficiências da administração pública. É apresentada uma narrativa de que a privatização contribui para um quadro mais seletivo, ágil, barato, com maior eficiência e qualidade. A partir desta perspectiva, direciona-se para uma abertura, junto à opinião pública e lança-se mão de estratégias para a expropriação da educação enquanto um direito, impondo-a um caráter servil e subserviente ao sistema capitalista vigente.” (Cabanha, Araujo e Pasini, p. 242)

Visto que há um discurso que inferioriza a administração dos serviços públicos e que visa tornar o mesmo um espaço de mercado, cabe a nós identificar este modelo, traçar sua evolução e principalmente observar seus impactos, neste caso na educação pública.

Assim, recentemente observamos a implementação de plataformas de ensino em vários Estados do Brasil, entre eles o Estado de Paraná, como explicaremos na próxima seção.

Remontando a gênese da questão, o mundo já vivia em passos largos a era da tecnologia; a presença dos smartphones e seus aplicativos se tornavam comum no cotidiano de cada indivíduo, e gradualmente se mesclavam com áreas laborais. Tal ação se consolida com o período da pandemia de Covid-19, quando as pessoas, uma vez forçadas a substituir as atividades presenciais, se adaptaram à nova realidade; portanto a pandemia simboliza um penhasco entre aquilo que era a vida antes, e aquilo que é agora, uma ruptura:

Além de “precariedade”, outras palavras (des) qualificadoras podem se somar ao léxico do momento, como “ruptura”, “abrupto”, “repentino” ou “compulsório”. Em que medida podemos pensar em “ruptura” com um paradigma anterior, para além do aspecto repentino de nossa experiência recente? De um dia para o outro, nosso espaço físico escolar foi interditado e tivemos de pôr no ar “avatares” imperfeitos da escola, em modo virtual. Mas isso terá sido uma boa ruptura? Ou apenas uma experiência abrupta e traumática? Como podemos observar, muito das aulas presenciais foi apenas transposto ao ambiente virtual, sem pertinência e sem planejamento, o que gerou experiências de ensino e de aprendizagem penosas, cansativas (ainda mais) e estranhas. Com algumas semanas, já éramos capazes dessa percepção e muitos de nós passaram a reprogramar suas “aulas”, levando-as de fato ao ambiente on-line, em uma experiência de contornos mais pertinentes e eficazes, especialmente em termos do que mais nos importa: ensinar e aprender. Com alguns dias dessa experiência repentina e radical, há tempos evitada e adiada, notamos

que as telas nos exaurem, que os tempos de preparação e feedback são extensos, que as questões técnicas nos limitam e nos impedem, que a flexibilidade é um valor em ambientes virtuais e que a solidariedade se irmana com a colaboração para que tudo funcione bem. (Ribeiro, 2021, s.n)

Durante este período muitas esferas se modificaram para continuar suas funções, dentre elas a educação, que altera bruscamente seu âmago; observa-se que não houve preparação para tal transição, e que a falta de planejamento resultou em experiências ruins e que o ensino não era equivalente, sendo necessário valores como flexibilidade. Este serviço tornou-se cansativo devido a precariedade com que foi transitado para o Educação a distância (EAD)<sup>1</sup>.

Para atender às demandas educacionais geradas pela pandemia muitos governos investiram na adesão a plataformas educacionais, visando uma educação que ultrapassasse a relação única entre docente e discente; assim os docentes tiveram de aprender os funcionamentos de tais plataformas, corroborando para a precarização, desempenhando um papel para o qual não obteve formação, que se distingue da sua finalidade de carreira.

O termo plataformação<sup>2</sup> surge atrelado ao período pandêmico justamente por sua inserção em diversas esferas. Segundo Ribeiro:

A plataformação forçosamente acelerada das escolas, públicas e privadas, foi providencial para alguns poucos. E o que se vem entendendo por plataformação não tem sido positivo. Estudos nos campos do direito do trabalho, do jornalismo e da saúde têm enfrentado e analisado mudanças, ainda pouco claras, dos seus respectivos universos e objetos. “Uberização”, por exemplo, já é uma palavra adaptada a diversos contextos. Que experiência é esta, mediada por tecnologias, de ter renda sem ter emprego, de trabalhar sem direitos sob a máscara sorridente do “empreendedorismo”, de obter ganhos flutuantes conforme as 12, 14 ou 20 horas que se trabalha por dia, de não ter contato com ninguém e ser indefensável perante a lei? Já repercutem notícias de faculdades/empresas privadas que demitem professores e, sem avisar, põem robôs em seus lugares. E então? O que aprenderemos? (Ribeiro, 2021, s.n).

O autor acima citado considera que a plataformação é uma experiência na qual há ausência de vínculo laboral e ganhos que oscilam conforme desempenho e produtividade alucinantes, tais características ressaltam a

---

<sup>1</sup> É pertinente ressaltar que a educação a distância não é um modelo novo; o mesmo começou a ser praticado em meados do século XIX por correspondência, e foi sofrendo mudanças conforme o desenvolvimento tecnológico. Para aprofundar recomenda-se Lucineia Alves, disponível em: <https://doi.org/10.17143/rbaad.v10i0.235>

<sup>2</sup> Mesmo que sua presença no mundo laboral seja ligada ao período pandêmico as plataformas surgem no início do milênio. Bons exemplos seriam o Facebook e o Youtube. Para aprofundar ler: “Midiatização e plataformação: aproximações”, de André Goes Mintz, 2019.

precariedade daqueles que atuam nesses modelos, que é oferecido através de uma plataforma comumente digital, e que geralmente está ligada à um serviço comum que atende diversas classes.

Contudo, não existe um consenso sobre esse termo. Assim. Alguns pesquisadores se referem a plataformização como Plataformismo, fase na qual:

Várias infraestruturas digitais atuam na intermediação executada pelas Plataformas Digitais (PDs), cada vez mais presentes na sociedade contemporânea. Assim tenho me dedicado a investigar o capitalismo de plataformas digitais, como sendo “infraestruturas de intermediação” que surgiram com a finalidade de atender a diferentes setores da sociedade e/ou grupos econômicos no mundo contemporâneo que na gênese tinham usavam o discurso do compartilhamento (caronas, etc.) e foram se transformando em potentes ferramentas de exploração (Moraes, 2023, s.n).

Igualmente, outros autores referem à plataformização como *uberização*, conceito utilizado para referir-se ao trabalho e trabalhadores que são responsáveis por alimentar as plataformas; o termo deriva justamente de uma, o Uber.

A uberização do trabalho pode ser compreendida como a relação de trabalho flexibilizada na qual o trabalhador, em geral um trabalhador autônomo e muitas vezes informal, é requisitado para realizar um trabalho pré-estabelecido por meio da utilização de ferramentas da tecnologia, como aplicativos digitais e com a utilização de meios próprios de trabalho. Em tese, esses trabalhadores têm liberdade para trabalhar e definir a composição da sua jornada de trabalho, no entanto, se não cumprem as tarefas designadas podem deixar de ser requisitados para a realização do trabalho e, portanto, não receber (Silva, 2020, p. 11) (Arnaud, 2023, p.246)

Independentemente dois conceitos, podemos observar, conforme Ribeiro, que o caráter emergencial durante a pandemia transformou o momento em uma transição acelerada: as plataformas passaram a formar parte deste cenário, e não desapareceram depois, portanto permanecem atuante na educação e fora dela. No quesito ensino, por exemplo, as aulas presenciais foram obrigadas a serem substituídas por modelos a distância.

Nesse contexto surgem as experiências positivas e negativas de adequação, geralmente envoltas em dificuldades para adaptar as funções. No caso da rede estadual, alguns professores desconheciam as plataformas e tinham dificuldades relacionadas à informática; para o ensino superior, onde já era presente certo interesse de ofertas EAD, a problemática da precarização

recai sobre a produção de materiais e uma função nova, chamada de tutor à distância.

O trabalho do tutor a distância ainda não é regulamentado no Brasil, ou seja, não existe um conjunto de regras no ordenamento jurídico brasileiro acerca das atividades desse profissional e, desse modo, por não possuir vínculo empregatício estabelecido o profissional está em situação de precariedade laboral (Moura, et al., 2021, p. 247).

Além disso,

A precarização está expressa através de mecanismos como contratação temporária, trabalho por demanda, pagamento por produção de conteúdo ou por correção de atividades, remunerações menores ou concessão de bolsas no caso da IES públicas, utilização de recursos próprios para a realização do trabalho, horários flexíveis, entre outros (Arnaud, 2023, p. 247).

A precariedade representa-se, portanto, em um serviço sem regulamentação e de caráter temporário, visando a produção e desempenho; observa-se que há uma relação de prestação de serviços e que o vínculo é praticamente inexistente.

A contratação desses profissionais assume diversas maneiras, desde o contrato CLT, passando pelo pagamento por horas, pela venda de material produzido e até pelo uso da prestação de serviços como se fosse ele mesmo uma empresa que, no caso na legislação brasileira, se expressa pela utilização do instituto Pessoa Jurídica (PJ). (Arnaud, 2023, p.247)

Ao nível fundamental e médio não houve um cargo específico para mediar o conhecimento, sendo o docente padrão que se modificou com seus próprios materiais e aparelhos para atender às requisições. Por exemplo, na rede estadual do Paraná houve um projeto que disponibilizou a Gratificação de Tecnologia e Ensino (GTE) presente no decreto N° 10.051 de dezembro de 2022, onde se estabelece o auxílio no valor de 800 reais para 40 horas aula (limite máximo de um PSS); tal gratificação permanece até o momento e tem como objetivo garantir ao docente que a recebe a possibilidade de comprar materiais tecnológicos para lecionar, algo que impacta diretamente no problema do aparelhamento individual, ainda que tardio; é uma política que infere nesse sentido da precarização, mas não lhes garante habilidades informáticas e específicas sobre as plataformas que terá de utilizar.

Além destes pontos, o vínculo com os docentes que trabalham no fundamental II e ensino médio se caracteriza em grande quantidade por

professores PSS<sup>3</sup>; tal fragilidade que deveria ser minoria e temporária cresce e torna-se comum; dentre suas precarizações, o fato de serem temporários e sem vínculo, não terem progressão de carreira e serem constantemente avaliados (recentemente incluiu-se além da prova de títulos, a prova prática e objetiva), tais aspectos forneceram um ambiente ainda mais inóspito e desencorajador aos docentes da rede estadual pública.

## **2. UM HISTÓRICO SOBRE A PLATAFORMIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO ESTADO DE PARANÁ**

As tecnologias e aparelhamentos digitais cresceram muito durante a última década, envolto sobre vários fatores, nos quais se destaca o período pandêmico (2020-2023). Suas presenças são inegáveis: hoje o celular é parte significativa da vida cotidiana das pessoas.

O discernimento entre tecnologia e avanço está afetado; comumente aquilo tido como “moderno” promete simplificar atividades humanas e fornecer recursos abrangentes para qualificar o cotidiano, portanto observasse uma tendência para a valorização de hábitos e conhecimentos tecnológicos.

A presença de tais técnicas resulta em diversas alterações que afetam, e afetarão múltiplas esferas da vida, por tanto não é difícil entender que para receber tais tecnologias são necessárias diversas alterações naquilo que é considerado tradicional, assunto que abordaremos logo.

Mas como se produz essa aproximação da esfera pública ao privado? Segundo o professor Roberto Moraes na etapa do plataformismo ou era do capitalismo das plataformas:

as transformações digitais têm avançado como meios de comunicação (mídias digitais), interligadas com a produção material, o comércio e os serviços online. Aí estão incluídas as Plataformas Digitais Educacionais (PDE) e/ou aplicativos (APPs) Educacionais que se vinculam com o surgimento das startups tipo Ed Techs, em processo muito acelerado com a Pandemia num campo que de forma genérica, passou a ser denominado como Plataformização da Educação. Entre 2019 e 2022, as Ed Techs cresceram 80%, saindo de 449 para 813 empresas startups ligadas à educação. (Moraes, ano 2023, s.n).

Dentro desse cenário as instituições educacionais não conseguem fugir dessa dinâmica.

Desse modo, durante o período pandêmico as instituições de ensino, assim

---

<sup>3</sup> Vale frisar, que tal forma de contratação já era característica antes da pandemia.

como outras no qual a presença coletiva era requisito, se viram na obrigação de substituir o ensino presencial por modelos não ortodoxos, tais instituições, muitas delas públicas, orientadas pelos seus respectivos governos, intentaram inserir o uso de tecnologias que substituíssem a presença coletiva; famigerado tornou-se o *google meet*, e por fim, ao retorno das atividades presenciais, os discentes e docentes encontram um modelo educacional diferente daquele que estavam habituados.

Tais aplicações se sucederam no Estado de Paraná, sob o governo de Carlos Roberto Massa Junior, mas conhecido como Ratinho Junior (2019- atual), onde se observa um ensino voltado para o quantitativo (os índices), e um ensino de plataformização, onde há diversas plataformas educacionais propostas para se desenvolver diferentes atividades. Tais plataformas não são opcionais, são de uso obrigatório por parte dos docentes e incluso se é cobrado e monitorado sua utilização por meio de outra plataforma, o *Power BI*.

No contexto do ensino superior, o processo não foi muito diferente. Vale destacar que houve um período de adaptação antes do retorno das atividades em caráter emergencial, o que ocorreu em agosto de 2020. Quando as atividades retornaram, foi necessário adequá-las ao sistema de ensino remoto emergencial. As medidas que regulamentaram esse ensino foram adotadas por instâncias específicas, com cada instituição estabelecendo suas próprias diretrizes, diferentemente do que ocorreu na rede de ensino básico estadual. No caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)<sup>4</sup> foi-se utilizado a plataforma da empresa estadunidense *Microsoft Teams*. Segundo docente da UNIOESTE-(em entrevista realizada no dia dezesseis de outubro de 2024) dentre os principais sinais de fragilidade estavam as dificuldades em assimilar o ensino remoto: os docentes precisaram aprender saberes específicos acerca dos aparelhos tecnológicos e da plataforma que utilizariam e seus encontros síncronos tinham de ser gravados e ofertados no *Teams*. Quanto aos discentes, aprender num ambiente virtual é uma experiência diferenciada que necessita de

---

<sup>4</sup> Para informações acerca da regulamentação da plataforma na universidade acessar: <https://www.unioeste.br/portal/central-de-noticias/55209-unioeste-conselhoregulamenta-atividades-de-ensino-remota#:~:text=A%20plataforma%20oficial%20de%20transmiss%C3%A3o%20das%20aulas,acesso%20institucional%2C%20al%C3%A9m%20do%20suporte%20t%C3%A9cnico%20necess%C3%A1rio.>

certo grau de comprometimento. Ambos tiveram de se adaptar com seus próprios aparelhos, contornando os diversos empecilhos que poderiam haver, cedendo seu local individual como sala de aula.

Ao todo, o Estado paranaense também oferta as seguintes plataformas educacionais para as escolas de ensino fundamental II e médio: *Leia Paraná*, *Redação Paraná*, *Edutech*, *Desafio Paraná (famigerado Quizizz)*, *Matific*, *Khan Academy*, inglês aluno e inglês Professor. Além destas, o governo possui relações com outras plataformas como o *Alura*, pertencente à organização *Caelum*, responsáveis por desenvolver material educacional na área de programação, e até recursos gratuitos, como o caso do software *Scratch*, utilizado muitas vezes em conjunto com o *Alura* para aplicar uma linguagem simples de programação. Observemos, na seguinte tabela, as principais plataformas utilizadas no Estado de Paraná e seus fornecedores:

**Tabela 1: Principais plataformas utilizadas no Estado de Paraná e seus fornecedores**

Objeto	Fornecedor	Data Inicial	Data Final	Valor Contratado
520.000 licenças plataforma Alura.	AOVS sistemas de informática SA.	03/02/2023	02/02/2025	R\$ 10.414.527,91
Plataforma educacional gamificada de matemática	MATIFIC brasil apoio educacional LTDA.	24/01/2023	23/01/2025	R\$10.368.000,00
Google Classroom.	Licenças google workspace for education teaching and learning Upgrade/ Reeducation consultoria e tecnologia-LTDA.	07/04/2023	05/08/2023	R\$ 999.950,4
Plataforma de leitura ODILO	Primasoft Informática LTDA.	21/11/2022	21/11/2024	R\$ 7.959.984,00
Gerenciamento e transmissão de conteúdo, comunicação entre professores e alunos por meio do APLICATIVO.	HF tecnologia TLDA-ME.	06/09/2022	05/09/2023	R\$ 1.352.208,00
150.000 acessos à plataforma educacional gamificada de matemática	MATIFIC Brasil apoio educacional LTDA.	13/07/2021	12/07/2023	R\$ 7.488.000,00
420.000 licenças de acesso à plataforma educacional de língua inglesa.	EF educação especializada e viagens ao exterior LTDA.	28/06/2021	27/06/2023	R\$ 15.351.168,00

CELEPAR	Companhia de tecnologia da informação e comunicação do Paraná-CELEPAR	29/01/2021	28/01/2024	R\$ 30.522.311
Power BI Microsoft	Solo Network Brasil SA	28/01/2021	27/01/2023	R\$ 1.143.340

**Fonte:** Elaboração própria a partir do slide da apresentação da profª Drª Carolina Israel no Seminário Plataformização da Educação, realizado pela APP-Sindicato no dia 1º de julho. <https://appsindicato.org.br/educacao-violada-governo-entrega-dados-de-um-milhao-de-paranaenses-a-exploracao-de-agentes-privados/>

A tabela relaciona algumas contratações de serviços feitas pelo governo do Paraná em 2023 contendo a empresa que fornecerá seu serviço e o prazo estimado pelo qual assegurará sua atividade na educação paranaense, destaca-se o *Matific*, plataforma utilizada para o ensino de matemática no fundamental II, e o *Leia Paraná* que surge vinculado à plataforma de leitura *Odilo*, utilizada para leitura e escrita de redações na plataforma *Redação Paraná*.

Outros serviços não estão ligados especificamente a plataformas que servirão de ferramentas aos alunos, mas sim a plataformas de gerenciamento como o Power BI que fornece um acompanhamento detalhado de vários segmentos que variam desde índices de presença nas instituições até suas respectivas notas em avaliações como a *Prova Paraná*. Ressalta-se que quase todos os serviços prestados (*Alura* seria a exceção) são oriundos de empresas estrangeiras e que esses modelos estão encorajados por políticas externas e internacionais, como se pode observar nas análises da pesquisadora profª Drª Carolina Israel:

O Desafio Paraná é da Quizziz, que é americana. A Leia Paraná é da Odilo, espanhola. O Inglês Paraná é da EF English, uma empresa suíça. A única nacional é a Alura. O governo compra essas plataformas de agentes privados e coloca uma roupinha governamental”, afirma a pesquisadora.

A captura da educação pública e sua mercantilização via bigtechs se evidencia em iniciativas como o programa Educação para o Futuro, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), órgão internacional sediado em Washington. A parceria atua como fonte de recursos e um guarda-chuva para as diferentes plataformas adotadas pela rede.

Elas pertencem a empresas que utilizam técnicas de inteligência artificial para obter previsões sobre o comportamento dos usuários(as) na Internet – como suas buscas e preferências –, traçar e influenciar perfis de consumo e, com isso, maximizar os ganhos ofertando produtos e serviços. (APP sindicato, 2023, s.n.)

Lançado em 30 de junho de 2022 o decreto N.º11.568<sup>5</sup> declarava a criação do *Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná* - PEF, visando a qualificação da educação básica ofertada pelo estado do Paraná, melhorar o ensino médio e ampliar o ensino técnico e profissional afim de fomentar a introdução dos jovens na educação superior e/ou no mercado de trabalho. Tal decreto alinhava e regulamentava o uso dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Entretanto, a abundância de recursos, reflexo da dinâmica do capitalismo e da aproximação das esferas pública e privada, não significa uma melhora qualitativa no nível educacional de crianças e jovens, porque só fazem uma medição que se expressam em índices ou números que quantificam o acesso; não há uma métrica concreta para se referir ao aprendizado, mas tais índices simplórios supõem, e são aplaudidos, de que o método digital está funcionando e de que é algo positivo, como pode-se observar num trecho retirado de um artigo do site da Secretaria de Educação do Paraná que demonstra o discurso que embasa o uso de tais plataformas.

A educação gamificada e o uso das plataformas pedagógicas como métodos essenciais ao apoio da aprendizagem dos estudantes e na mensuração do desempenho escolar foram destaque da rede estadual de ensino do Paraná no primeiro semestre de 2024. O investimento foi de R\$ 9.648.043,04. Entre estes recursos está a plataforma Matific, de matemática gamificada, implementada como ferramenta de suporte às atividades em sala de aula, por meio de jogos interativos e desafios lúdicos, promovendo a aprendizagem de conceitos matemáticos e do raciocínio lógico. “Demonstrado pelo aumento no número de acessos e atividades realizadas, o forte impacto que a aliança entre tecnologia e aprendizagem tem exercido no processo educacional dos alunos da rede estadual evidencia que a educação no Paraná está alinhada às práticas pedagógicas mais modernas disponíveis em nível global, empregando a inovação tecnológica como meio de aprimorar a qualidade do ensino e promover um aprendizado cada vez mais forte”, destaca o secretário de Estado da Educação, Roni Miranda. Neste primeiro semestre, mais de 9 milhões de atividades foram realizadas por estudantes da rede estadual de todo o Paraná na Matific. O número é 12% maior na comparação a 2023, quando 8 milhões de atividades foram finalizadas. Em acessos, a plataforma – nestes seis meses – registrou mais de 240 mil logins, superando os 237 mil realizados no mesmo período do ano anterior. “O primeiro passo do aluno no mercado de trabalho, muitas vezes, é permeado por suas capacidades de fazer cálculos, analisar dados e desenvolver o raciocínio lógico. Por isso, recursos que otimizem esses aprendizados são essenciais para fortalecer o conhecimento prático e impulsionar ingresso do estudante na vida profissional”, reforça Miranda.” (Secretaria de Educação do Paraná)

---

<sup>5</sup> Decreto disponível em: [Decreto 11568 2022 do Paraná PR](#)

Deste excerto pode-se compreender que o discurso prol plataformação é fomentado pelo ideal de preparar o jovem para o mundo do trabalho, e que para atuar em um mercado atual e tecnológico é necessário otimizar a capacidade do discente nas áreas lógico matemáticas, neste caso, através da plataforma *Matific*.

Observa-se que há ênfase na gamificação e no conceito de que a referida plataforma é uma ferramenta de suporte, e ressalta-se que há progresso, convertido em números de acesso, infelizmente uma base pouco sólida para observar se tal plataforma tem realmente sido parte significativa do processo de aprendizagem, e se a mesma constitui um progresso significativo, tal como é valorizada nestes discursos.

Portanto a presença de tais plataformas já não adquire um tom de adequação pós pandemia, trata-se de um discurso que observa estas como ferramentas para melhorar o ensino, surge então o tom que defende tais aparelhamentos como recursos educacionais capazes de fornecer ao aluno uma experiência diversificada, que difere do ensino “padrão”.

### **3. OS IMPACTOS DA PLATAFORMIZAÇÃO EM DOCENTES E ALUNOS: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, DESCENTRALIZAÇÃO DO EDUCADOR E INDIVIDUALIZAÇÃO DO EDUCANDO**

A presença de tantas plataformas na rede estadual de ensino do Paraná tem aumentado e dificultado o trabalho dos docentes e cada disciplina possui alguma; a mais comum é a plataforma *Quizizz* que opera o “Desafio Paraná” onde o professor recebe atividades com uma média quase que semanal diretamente pelo Livro Registro de Classe Online (LRCO). Por esse meio, ele terá de atribuir aos alunos.

A realização dessas atividades varia: no ensino regular, é comum que os alunos sejam encaminhados, durante o turno escolar, ao laboratório de informática ou áreas afins, onde realizam as tarefas sob supervisão do professor. Entretanto, há casos em que os discentes precisam realizar a atividade com seus próprios aparelhos em suas respectivas residências. No primeiro caso, abandona-se o formato tradicional de “aula” para atender às necessidades da

atividade; já no segundo, o discente fica à mercê de suas condições pessoais. Em ambos os casos, as condições são precárias.

Já no ensino integral, existe uma disciplina intitulada *Estudo Orientado*, que desde o ano passado tem sido responsável por gerenciar a realização das atividades do *Desafio Paraná*, portanto destina-se o tempo dessa aula para fazer os tais *Quizizz*. Ressaltamos que em todos os casos existe a orientação para que seja considerado o valor de trinta pontos na média do aluno conforme seus acertos, caracterizando uma avaliação que inclusive possui recuperação. Tal aplicação desvalida parcela das atividades realizadas pelo professor e desmotiva os discentes a realizarem avaliações tradicionais, sendo preferível alcançar a média utilizando as atividades da plataforma, apresentando assim limitações ao uso desse sistema avaliativo.

Uma vez comentada a falta de autonomia do professor em relação às notas de sua própria disciplina, é pertinente ressaltar que é cobrado o valor de vinte pontos na média do aluno com base nos acertos da *Prova Paraná*, realizada ao final de cada trimestre. Contudo, a atividade de recuperação dessa nota será realizada dentro da autonomia docente. Vale destacar que o aluno pode somar cinquenta pontos trimestrais, dos sessenta necessários, o que evidencia a desvalorização das atividades comuns aplicadas pelo docente, resultando na desmoralização de seu trabalho, que pode levar ao adoecimento, além de precarizar a relação entre aluno e professor. Esse cenário contribui para a falta de esforço e mérito por parte dos alunos, que frequentemente não compreendem a situação.

Longe disso, tudo se passou como se não houvesse alternativa realista fora das plataformas das corporações. A ideologia do 'novo normal' (LEHER, 2021a) naturalizou o ensino híbrido na educação básica, não como alternância presencial e remoto, mas como uma resignificação do ensino presencial: a docência foi paulatinamente fagocitada pelos sistemas e plataformas de ensino. Resulta disso uma metamorfose em que o docente é redefinido como um trabalhador que maneja de modo heterônomo os referidos sistemas e plataformas, expropriando os conhecimentos que deveriam consubstanciar à docência. (Leher, 2022, p. s.n)

A partir do mencionado, observamos que o trabalho docente tende a sofrer um processo de uberização: torna-se um trabalhador que irá prestar serviço para a plataforma, portanto tem que aprender a utilizar tais softwares e a conciliar seus conhecimentos e seu modo de lecionar com a plataforma e a cobrança,

tornando-se um fator secundário na produção do conhecimento.

Os usos do modelo de notas e das plataformas não são opcionais, trata-se de um sistema e de ferramentas impostas; aquele que pretende divergir será desencorajado pelos gestores, portanto acaba-se por aplicar. Além disso, a relação precária do PSS auxilia nessa imposição, uma vez que há professores que dependem do favorecimento da equipe gestora para atuarem em disciplinas que são distribuídas por estes, fato este que tende a se agravar nas escolas que serão terceirizadas pela Lei “Parceiro da escola” impulsionada pelo governador do Paraná Ratinho Junior, tema que abordaremos a seguir.

### **3.1 O projeto “parceiro da Escola”**

Esse projeto foi lançado em 2024, pelo supracitado governador e baseia se no seguinte: tende a estabelecer um vínculo entre as esferas públicas e privadas, contratando empresas que, em tese, são especializadas, para administrar o que inicialmente seriam “alguns” colégios estaduais do Paraná. A lei nº 22.006<sup>6</sup> que institui o *Programa Parceiro da Escola* acumula várias críticas que variam desde a falta de dados específicos acerca dos valores investidos até a contratação e situação dos docentes. Além disso, chama atenção a ideia de condicionar esses colégios aos índices, números que medirão a “qualidade” do ensino fixados em metas, como se pode observar no item III do artigo 4º do projeto.

Art. 4º A implementação do Programa Parceiro da Escola nas instituições da rede estadual de ensino de educação básica visa atender ao interesse do bem comum escolar, na busca pela qualidade de ensino, com impacto educacional, e tem por objetivos:

I - Garantir a gestão técnica e qualificada nas unidades educacionais, a fim de assegurar a prestação de serviços públicos educacionais de excelência;

II - Manter o acesso universal, público e gratuito aos serviços educacionais prestados pelo Estado;

III - buscar o aumento da qualidade da educação pública estadual, por meio do estabelecimento de metas pedagógicas e modernização das estruturas administrativas e patrimoniais;

(Lei 22.006, 2024, P.1)

Observa-se que há necessidade de garantir que a educação permanecerá sendo pública, estranhamente listado como objetivo, enquanto os demais

---

<sup>6</sup> Lei 22.006 que institui o Programa Parceiro da Escola. Disponível em: [https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf](https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf)

objetivos apontam e destacam o papel do setor privado: o primeiro estabelece e declara a gestão privada como “qualificada” subentendendo falhas no modelo público, debate este já comentando; já o terceiro ponto aborda o estabelecimento de metas para otimizar a educação ao passo que desenvolvem as estruturas.

As metas

Se é possível resumir o índice de qualidade do ensino da rede paranaense em uma palavra, a elegida seria metas: metas para presença, para notas, para desempenho nas avaliações externas, sendo este de fácil observação, visto que o governo paranaense prometeu e cumpriu o valor de três mil reais aos profissionais da educação (não somente professores) envolvidos no desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); estes profissionais tinham de cumprir a meta do IDEB anterior, portanto superar o índice de 2021 era o necessário para receber o desejado Bônus de Resultado de Aprendizagem (BRA)<sup>7</sup>.

O cálculo para o IDEB é baseado em dois aspectos, sendo o primeiro a nota do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)<sup>8</sup> que avalia conhecimentos em português e matemática, mas não dispensa conhecimentos alheios; trata-se de uma prova feita com as turmas de saída de uma etapa de ensino; no caso da rede estadual, os nonos anos do ensino fundamental e o terceiro ano do ensino médio. Já o segundo aspecto presente no cálculo é a média de aprovação escolar. O governo defende que o bônus se trata de um incentivo, mas na prática exerce pressão para cumprir as metas através da recompensa.

Observaremos agora como se sucedeu na prática as políticas de “melhoria” da educação paranaense e como o Estado tem forjado o seu título baseando-se em seus índices através das reclamações docentes, que ganham voz através de seu sindicato. No caso paranaense a *Associação dos Professores do Paraná* (APP sindicato) é representado pela presidenta Walkiria Olegário Mazeto, que denuncia diversos casos de precarização que embasam os índices:

---

<sup>7</sup> Para mais informações acerca do BRA acessar: <https://www.educacao.pr.gov.br/bra>

<sup>8</sup> Para compreender a relação entre IDEB e SAEB ler a explicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponível em: [https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb#:~:text=O%20ideb%20%C3%A9%20calculado%20a,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20\(Saeb\).](https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb#:~:text=O%20ideb%20%C3%A9%20calculado%20a,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20(Saeb).)

Os processos educacionais são mais complexos do que uma prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ou índices de aprovação possam medir. Assim, predomina uma lógica que ir bem no Ideb é sinal de maior aprendizagem”, afirmou Walkíria. Ela explica que para chegar nesta conclusão é preciso compreender o Ideb, que é medido pelas notas do Saeb e as taxas de aprovação, e entender o que o estado tem feito para chegar nestes resultados.

O Paraná tem investido na Prova Paraná, que é uma avaliação trimestral e uma forma de treinamento para as provas do Saeb, e a escola funciona orientada para a obtenção dos resultados nas provas, com sistema de gratificação para diretores e escolas. Além disso, há programas escolares para garantir a maior aprovação dos estudantes e um rígido controle das faltas e da evasão escolar.

(Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2022, p.s.n)

Quanto ao evento SAEB, como comentado por Mazeto, a rede de ensino inicia um processo de preparação ainda nos primeiros anos do ensino fundamental através da *Prova Paraná*. Como a avaliação SAEB uma vez a cada dois anos, todas as turmas acabam por fazê-la em algum momento de sua formação. A diferença é que enquanto algumas realizarão a avaliação no nono ano, outras a farão no terceiro; no caso dos sétimos anos de 2024 virão a realizá-la somente ao saírem do ensino médio, isso em 2029, entretanto ainda que distante todos os alunos já realizam simulados com o objetivo de prepara-los.

No caso específico dos oitavos e segundos deste ano, que virão a realizar a avaliação no ano que vem, sua preparação ocorre de modo diferente e mais intensivo; envia-se a eles atividades específicas via plataforma *Quizizz* com o intuito de diagnosticar e aprofundar conhecimentos. O modelo de atividades que visam avaliações diagnósticas via plataforma tem sido utilizado em outras turmas e em outros contextos, como a aplicação da *Prova Paraná Digital* que por hora é somente o primeiro caderno e somente para oitavos e nonos anos. Portanto a forja de tais índices baseia-se especificamente no investimento nas áreas cruciais afim de obtê-los e a isso se soma as plataformas, não correspondendo exatamente a um avanço educacional, como pode ser observado em relato de Walkíria Mazeto à revista *Carta Capital* sobre os métodos adotados pelo antigo secretário da educação paranaense, Renato Feder.

O Feder identificou as variáveis que resultam na nota do Ideb e passou a controlá-las”, afirmou Walkíria. Uma das apostas de Feder, segundo a sindicalista, foi a de treinar os estudantes para realizarem avaliações nacionais a cada dois anos. A rede adotou, por exemplo, a Prova Paraná, uma espécie de simulado preparatório, que é aplicado a cada trimestre aos estudantes de ensino Fundamental e Médio, para aferir suas dificuldades e habilidades ao longo do ensino aprendizagem. “Quando eles fazem a prova e se identifica que não houve um bom resultado, os professores precisam acabar se concentrando em

trabalhar novamente as questões para que os estudantes possam adquirir conhecimento relacionado àquele conteúdo específico”, relatou Walquiria. A presidente do sindicato ainda soma à estratégia uma alteração na matriz curricular da rede, realizada em 2020, que ampliou a oferta de aulas de Português e Matemática, em detrimento de carga horária das demais disciplinas. (Basilio, 2023, s.n).

Subentende-se que a melhor forma de preparação é compreender o que o aluno ainda não aprendeu, para poder retomar essa habilidade ou conhecimento. Assim, todas essas avaliações possuem caráter diagnóstico, baseadas em descritores e distratores. Nesse contexto, para que o docente obtenha os dados e identifique as defasagens, é proposto — e, em algumas situações, imposto — o uso do Desafio Paraná, realizado por meio da plataforma *Quizizz*. Com esse sistema, o professor pode lançar atividades programadas ou pontuais e ter acesso a diversas informações, desde a identificação dos distratores até o tempo que o aluno levou para responder cada questão. A ferramenta em si é interessante, oferecendo inúmeras formas de criação de atividades, incluindo a possibilidade de gerar conteúdos automaticamente por inteligência artificial a partir de vídeos ou documentos. Há também vários modos de aplicação, variando desde formatos mais dinâmicos e coletivos até testes padronizados.

Entretanto, estabelecer o uso rigoroso da ferramenta na docência é descentralizar o educador, transformando-o em um mediador, mas não necessariamente do conhecimento, e sim da tecnologia. Essa descentralização diminui a autonomia de exercer plenamente o trabalho docente e impacta a mentalidade daqueles que não desejam se adaptar a essas plataformas, seja por questões político-educacionais, seja por desconhecimento do uso dessas tecnologias. Há professores que enfrentam dificuldades com equipamentos eletrônicos e o mundo digital, a ponto de não conseguirem operar aplicativos básicos como o LRCO. Para esses docentes, o uso dessas ferramentas está completamente fora de contexto, além do fato de que o conhecimento sobre seu uso nunca foi, nem será, um requisito essencial para a docência.

A pressão pelo uso das plataformas é constante, e disciplinas com plataformas específicas, como inglês e matemática, tendem a ser mais pressionadas. Essa obrigatoriedade desconsidera a adaptação e as habilidades individuais, bem como a vontade de se adaptar. É importante observar que existem pessoas que simplesmente não desejam utilizar tecnologias,

considerando-as um empecilho e uma distração.

Observações semelhantes também vem sendo realizadas por Instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Assim, a UNESCO, no resumo do relatório de monitoramento global da educação de 2023, traz o debate sobre as tecnologias na educação, mencionado que a parcela majoritária das tecnologias não foi feita para a educação, portanto adapta-las para este meio é um desafio extremo, e alerta dizendo que quem tentar aplicar tal adaptação encontrará quatro dilemas, sendo um deles:

Há um conflito entre inclusão e exclusividade. A tecnologia pode, potencialmente, oferecer uma salvação educacional para muitos. No entanto, para muitos outros, ela levanta uma barreira adicional à igualdade de oportunidades educacionais, com o surgimento de novas formas de exclusão digital. Não basta reconhecer que toda tecnologia tem aqueles que a adotam logo no início e seguidores tardios; também é preciso agir. O princípio da igualdade na educação e na aprendizagem deve ser respeitado. (UNESCO, 2023 p. 22).

Esse dilema corrobora para defender o ponto anterior, que o uso indiscriminado e a aplicação de modo obrigatório podem tanto proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento de potencialidades quanto para aumentar desigualdades; o aluno que já é familiarizado com tais aparelhos demonstrará aptidão ao tempo que aquele que por diversos motivos, incluindo pobreza, pode vir a desconhecer o uso total ou parcial enfrentará dificuldades, resultando num fator de segregação. Outros pontos como a centralização da educação no papel docente também foram valorizados, e a crítica acerca da obrigatoriedade assim como outros juízos concomitantes foram analisados pelo boletim semanal da *Associação dos Professores do Paraná*, intitulado “Plataformas do atraso: relatório da Unesco alerta sobre impactos negativos do uso de tecnologias na educação”<sup>9</sup> publicado em julho de 2023.

Sendo assim é possível observar que a plataformização é um modelo que aproxima a esfera privada da esfera pública ao transformar a educação em um ambiente mercadológico. O ideal comercial relaciona metas e índices a qualidade, entretanto a aplicação de tal conceito à educação é falha e seus

---

<sup>9</sup> Boletim “Plataformas do atraso: relatório da Unesco alerta sobre impactos negativos do uso de tecnologias na educação” disponível em: <https://appsindicato.org.br/plataformas-do-atraso-relatorio-da-unesco-alerta-sobre-impactos-negativos-do-uso-de-tecnologias-na-educacao/>

números acabam sendo forjados através de incentivos específicos que poderiam ser direcionados para qualificar a educação. A educação baseada em índices e plataformas inferioriza e menospreza o trabalho docente, assim como atinge aos discentes com a massividade das atividades, seja em plataforma ou não, que não possuem objetivos senão o de preparar o aluno para ir bem nas avaliações externas. Todos estes aspectos representam a precarização do ensino da rede estadual paranaense.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações sociais ocasionadas pela pandemia de COVID-19 são globais e a adaptação ao período não é exclusivo do Brasil. As presenças das grandes empresas tecnológicas e a mercantilização de bens públicos, aspectos estes analisados neste trabalho, não são exclusivas do Paraná ou da rede de educação, tais dinâmicas são oriundas de processos capitalistas orientados internacionalmente, fato este percebível ao interligarmos as políticas que aumentavam o investimento na qualificação da educação de nível médio e profissional paranaense ao BID. Ressalta-se ainda que tais plataformas são geralmente estrangeiras, demonstrando que a existência de empresas que lucram através da educação e da tecnologia não está vinculada especificamente ao Brasil ou ao Paraná.

Observamos também que a aproximação da esfera privada para com a esfera pública objetivando a transformação do bem comum em um mercado lucrativo acaba por retirar o cerne do ato de educar que é o viés da transformação social, enquanto o objetivo for lucrar, o objetivo central é desconfigurado e fica em segundo plano, nessa configuração o papel de resistência cabe ao docente, que tem sua função descentralizada e sofre com a precarização do ensino.

A realidade é distante e não pode ser medida em números; os índices que o estado do Paraná obteve no último IDEB são oriundos de altas taxas de aprovação escolar e do investimento em avaliações diagnosticas objetivando preparar o aluno para o SAEB, portanto não configuram necessariamente um grande desenvolvimento na aprendizagem, mas sim que há controle rigoroso acerca dos números, índices e metas.

Evidenciamos então como o processo de mercantilização e de plataformação da educação resulta em sua precarização e defasagem,

retirando a autonomia e centralidade do professor além de acrescentar uma nova função e alterar majoritariamente as relações entre docente e discente, e entre estes e a educação. Este modelo realiza preparativos, atividades e avaliações infundadas e retira do discente o tempo e atenção necessários para um desenvolvimento pessoal e para a assimilação do conhecimento, esvazia-se os conteúdos e foca-se nos objetivos e nas habilidades

Uma educação livre e em pé de igualdade é construída democraticamente com preocupações em promover o desenvolvimento conjunto da sociedade. O discurso pedagógico não deve se espelhar num desenvolvimentismo forçado, no qual ao invés de diminuir barreiras sociais proporcionam desigualdades superiores às marginalizações do ensino tradicional em prol de suposta potencialidade de ensino e habilidades para alguns. Para tal é essencial que esse patrimônio não seja contemplado como um mercado a ser conquistado e investido, mas sim como o bem comum que é.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância (RBAAD)**, v. 10, p. 82-93, 2011. DOI: <<https://doi.org/10.17143/rbaad.v10i0.235>> Acesso em: 21 set. 2024.

APP SINDICATO. **Educação violada: governo entrega dados de um milhão de paranaenses à exploração de agentes privados**. Disponível em: <[Educação violada: governo entrega dados de um milhão de paranaenses à exploração de agentes privados](#)>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

BASILIO, Ana Luiza. Do Paraná a São Paulo: como Feder atua para ampliar seu modelo de gestão empresarial da Educação. **Revista Carta Capital**, 01 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/do-parana-a-sao-paulo-como-feder-atua-para-ampliar-seu-modelo-de-gestao-empresarial-da-educacao/>>. Acesso em: 27 de out. De 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **É um equívoco achar que IDEB revela de fato a aprendizagem dos/as estudantes' diz sindicalista**. Disponível em: <<https://cncte.org.br/noticias/e-um-equivoco-achar-que-ideb-revela-de-fato-a-aprendizagem-dos-as-estudantes-diz-sindicalista-7bee>>. Acesso em: 27 de out. De 2024.

**El Mercosur como proceso multidimensional: relaciones internacionales, economía, cuestión agraria y educación** / Organizadores Paula Fernandez Hellmund, Adriele Arnaud, Beatriz Abreu, et al. – Campina Grande/PB: Amplla, 2023.

LEHER, Roberto. **Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia covid 19**, 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3211/321174063005/>>. Acesso em: 29 de set. De 2024.

MORAES, Roberto. **Plataformização da educação: Um debate necessário!** Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/plataformizacao-da-educacao-um-debate-necessario>>. Acesso em: 01 de set. De 2024.

MINTZ, André Goes. Mdiatização e plataformização: aproximações. **Revista Novos Olhares**, USP, v.8, n.2, p. 98-109, junho de 2019.

SCHLEICHER, Rafael. Os Desafios da Administração Pública no Brasil e a Capacitação dos Servidores Públicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DE GOVERNO, N° X, 2014, Brasília.

Secretaria de Educação do Paraná. **Rede estadual: plataformas de apoio à aprendizagem se destacam no 1º semestre**. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-plataformas-de-apoio-aprendizagem-se-destacam-no-1o-semester#:~:text=Atualmente%20a%20rede%20estadual%20de,Ingl%C3%AAs>>

[%20Aluno%20e%20Ingl%C3%AAs%20Professor](#)>. Acesso em: 10 de set. De 2024.

SILVA, Lucas Vinícius. **Capitalismo de plataforma: o impacto da tecnologia nas relações de trabalho**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2022.

RIBEIRO, A. E. **Education and digital technologies in the pandemic: cycles of precariousness**. Cadernos de Linguística, [S. l.], v. 2, n. 1, p. e270, 2021. DOI: 10.25189/2675-4916.2021.v2.n1.id270. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/270>> Acesso em: 24 sep. 2024.

UNESCO. 2023. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem? Paris, UNESCO.